

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA DE FREGUESIA DE SANTA MARIA MAIOR, REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE ABRIL DE DOIS MIL E VINTE E QUATRO-----

ATA NÚMERO VINTE-----

(Mandato 2021-2025)-----

----- Aos vinte e nove dias do mês de abril de dois mil e vinte e quatro reuniu, nas instalações da Sociedade Boa União, sitas no Beco das Cruzes, número nove, em Lisboa, a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, sob a presidência do seu Presidente efetivo, Sérgio Rui Lopes Cintra, coadjuvado pela Primeira Secretária em exercício, Clementina Augusta da Silva Pereira Vasconcelos Maia, e pelo Segundo Secretário, Carlos Alberto de Jesus Oliveira.-----

----- Assinaram a “Lista de Presenças”, para além dos mencionados, os seguintes Membros:-----

----- **Do Partido Socialista (PS):** – Lourenço Paour Miguel Costa, Zulmira Guterres dos Santos, Cláudia Maria Veloso Antunes Vieira, Isabel Fernanda Moura e Sá Costa e José Fernando de Almeida Louro.-----

----- **Do Partido Social-Democrata (PSD):** – Sandra Regina Mendes Campos Luís Gadanho.-----

----- **Do Partido Comunista Português (PCP):** – Raúl João Felícia Ramires.-----

----- **Do Partido Ecologista “Os Verdes” (PEV):** - Hugo Ricardo Ladeiro Ferreira Duarte-----

----- **Do Bloco de Esquerda (BE):** - Rodrigo Filipe da Silva Santos Machado.-----

----- **Independente (IND):** Jorge Manuel Madrugo Garcia.-----

----- Faltaram à reunião os seguintes Membros:-----

----- Maria Filomena Dias Moreira Lobo, que justificou a sua ausência e foi substituída por Isabel Costa.-----

----- Carlos Manuel Afonso Bode Dias Torres, que justificou a sua ausência e foi substituído por José Louro.-----

----- Maria de Lurdes de Jesus Pinheiro, que justificou a sua ausência e foi substituída por Raúl Ramires.-----

----- Catarina Bendito de Medeiros, que justificou a sua ausência e foi substituída por Rodrigo Machado-----

----- As dezoito horas e trinta minutos, constatada a existência de *quórum*, o **Senhor Presidente da Assembleia declarou aberta a reunião.**-----

----- Referiu que ainda não tinham conseguido encontrar condições logisticas para fazer a Assembleia noutro sítio, mas tinham muita esperança de no conjunto conseguir encontrar essa capacidade noutro espaço.-----

----- **Ponto 1 – Período para intervenção e esclarecimento ao público:**-----

----- **Freguês Frederico Guerreiro** fez a seguinte intervenção:-----

----- *“Boa noite a todos, começando pelas famílias de Santa Maria Maior que nos acompanham através desta gravação TV. Hoje vou começar pelos cumprimentos da Mesa da Assembleia de Freguesia, pela pessoa do Senhor Presidente Sérgio Cintra, passando para a Mesa de Executivo político de Junta pela pessoa do Senhor Presidente Miguel Coelho e terminando em todas as bancadas dos nossos eleitos, que foram eleitos pela população. O meu nome é Frederico Guerreiro e o meu meio de contacto é o 962459914. Não é possível haver maior transparência Senhor Presidente Sérgio Cintra.*-----

----- *O que me traz hoje aqui e em três minutos é muito difícil conseguir expor todos os vários assuntos, mas eu vou aos mais essenciais.*-----

----- *Senhor Presidente desta Assembleia, Sérgio Cintra, nós estamos com um órgão político que tem o nome de Assembleia de Freguesia. Eu penso e não estou errado, de certeza absoluta, que aquilo que os fregueses trazem a todas as Assembleias é de máxima importância para a nossa Freguesia e o melhoramento da qualidade de vida dos poucos moradores que ainda habitam Santa Maria Maior. Vou apresentar mais uma proposta e espero que através das suas mãos e da sua inteligência, Senhor Presidente desta Assembleia, se faça concretamente luz.*-----

----- *Eu proponho a esta Assembleia, na minha condição de freguês e não cliente, porque eu não sou cliente, sou um freguês nascido e criado aqui, desejo apresentar a proposta para alteração do Regimento desta Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior.*-----

----- *Conta-se o número, aqui da parte das cadeiras do público, o número de fregueses que estão cá. Só cá está um e mesmo um por vezes é olhado com uma certa desconfiança, até com discriminação, mas eu não me importo. Então vamos à proposta para alteração do Regimento desta Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, que é passarmos a ter mais cinco minutos após o encerramento dos trabalhos da mesma Assembleia.*-----

----- *E porquê? Quem frequenta as Assembleias como eu, e eu gostava de ver mais fregueses aqui, mais vizinhos meus aqui, nunca temos conhecimento dos assuntos que vão ser relatados na mesma Assembleia. Portanto, é muito importante a respetiva alteração do Regimento desta Assembleia para que o público possa se manifestar durante mais cinco minutos após a conclusão dos trabalhos. Não há dúvida, está tudo devidamente bem esclarecido aquilo que eu disse.*-----

----- *Passando agora para a Mesa do Executivo de Junta, mais uma vez desejo, desta forma pública, agradecer ao Senhor Presidente da Junta, Miguel Coelho, por ter conseguido trazer os nossos Capitães de Abril à nossa Freguesia. Foi um dia que se fez nova história para o futuro de Santa Maria Maior.*-----

----- *E quero dizer que o 25 de Abril não é propriedade de nenhum partido político, é exclusivamente de todos os militares das operações do golpe militar do 25 de Abril de 1974. Eu estive lá e quando ouvi o nosso Vasco Lourenço e mais os respetivos intermediários voltei atrás, quando na minha adolescência eu tinha 13 para 14 anos e aconteceram as operações militares, concretamente na rua onde eu vivia com os meus pais. Isso deixou-me completamente arrepiado e só quem viveu aqueles acontecimentos há meio século já é que realmente consegue compreender que dia é que foi aquele e depois as restantes madrugadas, que foram até ao 25 de Novembro, em que a democracia foi restaurada.*-----

----- *Portanto, Senhor Presidente, mais uma vez os meus respeitosos cumprimentos por ter conseguido esse acontecimento tão importante. Não vi foi realmente os nossos eleitos, que foram eleitos pela população, no acontecimento histórico. Não estavam lá e eu gostava de perguntar aos eleitos desta Assembleia o porquê da sua ausência. Não estiveram num acontecimento tão importante.*-----

----- *É que não estamos a falar de qualquer militar, estamos a falar do militar Vasco Lourenço, que teve um papel muito importante, como o Salgueiro Maia e outros militares do 25 de Abril que já não estão cá, já partiram. Mas um povo sem história deixa de ser povo. Portanto, tenham cuidado nas vossas atitudes políticas, porque a população não está nada contente convosco.*-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que reagindo desde já ao que foi sugerido como proposta de alteração ao Regimento dava nota de duas matérias e a primeira das quais era que qualquer convocatória tinha os pontos da ordem de trabalhos que iam ser debatidos. Dessa forma, a sugestão pontualmente já seria concretizada.

Dizer ainda que de acordo com o Regimento, caso o tempo de utilização do público não fosse esgotado ao início, no final dos trabalhos existia essa possibilidade. Portanto, a sugestão já foi interpretada antecipadamente pela Assembleia no seu conjunto e existia essa oportunidade. -----

----- Sobre a segunda questão, agradecia muito que tivesse participado numa das sessões, ou em várias. No dia em que tinha participado também não o viu, mas esperava que não tivesse lá estado por razão de ter alguma antipatia com o Capitão Beato ou com o Presidente do PRD, militar de Abril, Hermínio Martinho. -----

----- Foi uma sessão extraordinária, mas por vezes a vida não permitia conciliar as agendas todas para estarem na frenética atividade que a Junta de Freguesia realizava. No dia em que fez essa sessão, salvo erro, também houve um passeio, que era mais corrida pela Freguesia e participaram os que puderam, aqueles que tiveram disponibilidade e empenho. Mas agradecia muito a sua sugestão. -----

----- **Ponto 2 – Período Antes da Ordem do Dia;**-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** apresentou o seguinte documento: -----

----- **Voto de Pesar**-----

“----- *Arquiteto Bartolomeu Costa Cabral (1929-2024)*-----

----- *Bartolomeu d'Albuquerque da Costa Cabral, nascido em Lisboa a 8 de Fevereiro de 1929, diplomou-se na Escola Superior de Belas Artes de Lisboa onde chegou a leccionar em 1967 por dois anos «Composição de Arquitectura 2», tendo uma carreira baseada no exercício da prática profissional que ficou ligada ao Movimento Moderno na Arquitetura portuguesa.* -----

----- *Iniciou-se no Gabinete de Urbanização do Plano Diretor de Lisboa, de 1956 a 1959, tendo colaborado com Nuno Teotónio Pereira (1922-2016) na revisão do projeto do Bloco das Águas Livres, no Rato, em 1953, construído em 1956, icónica unidade de habitação de inspiração Corbusiana, com generosa espacialidade nas zonas comuns, como alternativa a um investimento típico de época, o Prédio de Rendimento. Esta obra foi classificada de Monumento de Interesse Público em 2012 pela Direção Geral do Património Cultural.* -----

----- *Entre 1959 e 1968, desenvolve Habitação Social para o Gabinete Técnico de Habitação (GTH), Federação das Caixas de Previdência, Câmara Municipal de Lisboa e Fundo Fomento Habitação (FFH, atual IHRU), estagia em Paris e Londres entre 1962 e 1967, regressando ao LNEC, em Lisboa.*-----

----- *Em 1957, em colaboração com os arquitetos Nuno Teotónio Pereira e Nuno Portas sob orientação de Frederico George participa na exposição "Cooperativismo Habitacional no Mundo" promovida pela Associação dos Inquilinos de Lisboa.*-----

----- *Na nossa Freguesia de Santa Maria Maior deixou um legado entre o Regionalismo Crítico da Escola Básica do Castelo e o Brutalismo do Edifício misto do Martim Moniz, ainda hoje considerado de ruptura, com grelhas, rampas e galerias que controlam a praça e escondem confortáveis ateliers.* -----

----- *A EB do Castelo, construída entre 1970 e 1972, está perfeitamente inserida pela sua orgânica no casco medieval do bairro do Castelo. Atualmente estava envolvido na atual requalificação desta escola municipal, integrando a equipa vencedora do recente concurso público de projeto na equipa coordenada pelo arquiteto Gonçalo Byrne.*-----

----- *Costa Cabral era um co-autor, com obra por todo o país e foi distinguido com vários prémios ao longo da carreira. Na atribuição do Prémio AICA 2019, o júri valorizou a sua “atitude ética” destacando-o como “autor de uma arquitetura simples, despojada, preocupada com a integração na paisagem, o uso de materiais naturais e a comunidade”.*-----

----- Sua Excelência o Senhor Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, distinguiu-o em 2022 como Grande-Oficial da Ordem do Infante D. Henrique. -----

----- O PSD Lisboa manifesta o mais profundo pesar pelo falecimento de Bartolomeu da Costa Cabral no passado dia 20 de abril de 2024 e expressa à família e aos seus pares sentidas condolências, reconhecendo o contributo da sua obra na cidade e no país. ----

----- Lisboa, 29 de abril de 2024-----

----- Sandra Campos, PSD na Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior. -----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Pesar “Arquiteto Bartolomeu Costa Cabral (1929-2024)**, apresentado pelo PSD, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- (Neste momento a Assembleia procedeu a um minuto de silêncio) -----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----25 de Abril — Dia da Liberdade -----

----- O nosso País celebra, a cada 25 de Abril, mais um aniversário da Revolução dos Cravos que um grupo de militares levou a cabo em 1974, com elevada mestria estratégica e sem derrame de sangue nas ruas, derrubando um regime totalitário e ditatorial que governou Portugal durante 48 anos. -----

----- Foi a Revolução de 25 de Abril que permitiu o fim da guerra colonial que ceifava a vida a jovens inocentes e que reabriu as portas à Liberdade, à Democracia e aos Direitos Humanos que hoje nos são tão naturais como o ar que respiramos. -----

----- 50 anos passados, todos e cada um de nós - Portugueses em geral e Lisboaetas em particular - continuamos a usufruir e a disfrutar de um Estado de Direito, de uma normal convivência democrática, de um vigoroso sistema eleitoral pluripartidário e de um consolidado Poder Local. -----

----- Habitamos saudavelmente numa sociedade cada vez mais moderna e desenvolvida que continua a assentar constitucionalmente nos pilares da Liberdade, da Igualdade, da Justiça e da Solidariedade, pese embora o surgimento de forças populistas, através do voto que querem impor ideias e medidas anti-democráticas. -----

----- Na passagem dos 50 anos do 25 de Abril, o Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 29 de abril de 2024, delibere: -----

----- 1. Saudar os "Capitães de Abril" e todos os militares que se empenharam no Movimento das Forças Armadas; -----

----- 2. Render homenagem à memória de todos os cidadãos Portugueses, dos vários quadrantes políticos e ideológicos, que se bateram pelos valores da Liberdade e do Direito, durante as décadas da "noite e do silêncio" do regime fascista; -----

----- 3. Reafirmar o valor inestimável da nova geração dos Direitos Humanos que o 25 de Abril nos trouxe e pugnar pelo seu respeito junto das novas gerações; -----

----- 4. Saudar todos os que responderam ao apelo para participar, em Lisboa e no país, nos eventos e festividades comemorativas dos 50 anos do "Dia da Liberdade". ---

----- Lisboa, 26 de abril de 2024 -----

----- Pl` O Grupo do Partido Socialista, Clementina Maia-----”

----- **Eleito Jorge Garcia (IND)** informou que retirava a sua moção onde incluía a saudação ao 25 de Abril e ao 1º de Maio e subscrevia a moção do Partido Socialista. ---

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “25 de Abril — Dia da Liberdade”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Voto de Saudação**-----

-----Saudação ao 1º de Maio-----

----- O 1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador tem sido, desde 1886, uma data marcada pela luta e resistência dos trabalhadores de todo o mundo, contra a exploração e em busca de melhores condições laborais. -----

----- Em Portugal, e em particular este ano, assinalar o 1º de Maio é também celebrar meio século da Revolução de Abril, um marco histórico que trouxe consigo a possibilidade de comemorar em liberdade o Dia Internacional do Trabalhador que, sendo um momento de reivindicação, resistência e luta pela emancipação de todos os que vendem a sua força de trabalho, tornou-se um momento fundamental, com a ampla participação das massas populares, de exigência do cumprimento dos valores da Revolução de Abril e da sua concretização. -----

----- Perante a deterioração da situação económica e social, do agravamento das condições de vida dos trabalhadores e da população em geral e da ampliação das desigualdades e injustiças, torna-se ainda mais vital a afirmação do 1º de Maio como grande jornada representativa da luta pela emancipação dos trabalhadores. -----

----- Hoje, quando assistimos:-----

----- A um aumento exponencial dos lucros dos bancos e de grandes empresas em contraponto, e à custa do empobrecimento de muitos; -----

----- À intensificação do domínio económico e político do grande capital, enquanto se aprofundam as opções de submissão a interesses externos, fragilizando a autonomia e soberania nacionais; -----

----- A tentativas de branqueamento da história e da natureza do fascismo. -----

----- As celebrações do 1º de Maio revestem-se de uma importância particular, recordando as origens desta data emblemática, honrando os que lutaram e continuam a lutar pela justiça e dignidade no trabalho e reafirmando o compromisso com a defesa dos direitos dos trabalhadores e da democracia. Assim, tendo presente que neste cinquentenário do 1º de Maio em Portugal em Liberdade, é imperativo não apenas recordar os feitos do passado, mas também fortalecer a determinação de construir um futuro mais justo para todos. -----

----- Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 29 de Abril de 2024 delibere:-----

----- 1- Saudar o 10 de Maio e apelar à participação massiva nas iniciativas comemorativas; -----

----- 2- Saudar as lutas dos trabalhadores e das populações em defesa do trabalho com direitos, da habitação, da educação e da escola pública, das reformas e pensões, da segurança social, dos salários, do Serviço Nacional de Saúde, dos serviços públicos de transportes, direitos consagrados na Constituição de Abril. -----

----- Os Eleitos da CDU - Raul Ramires e Hugo Duarte-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “Saudação ao 1º de Maio”**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 12 votos a favor (PS, PSD, PCP, PEV e BE) e 1 abstenção (Ind.)-----

----- **Voto de Saudação**-----

“-----1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador-----

----- A 1 de Maio de 1886, manifestaram-se nas ruas de Chicago cerca de quinhentos mil trabalhadores, reclamando o direito à limitação a oito horas por jornada de trabalho. -----

----- Apesar da forte carga policial então sofrida, quatro dias volvidos, regressaram às ruas desta cidade fazendo ecoar a sua voz em defesa dos direitos dos trabalhadores.

----- Um ano mais tarde, no congresso da Segunda Internacional Socialista, realizada em Paris, foi proclamado o dia 1 de Maio como o Dia do Trabalhador, em exaltação à coragem e perseverança demonstrada por estes homens. -----

----- Em Portugal e um pouco por todo o mundo, a celebração do 1º de Maio, representa o enaltecimento da luta dos trabalhadores por melhores e mais justas condições de trabalho, reafirmando o plural direito ao trabalho, o direito à igualdade, a luta contra o trabalho infantil e a precariedade laboral. -----

----- Desde 1974, logo após a Revolução dos Cravos, que se comemora livremente o Primeiro de Maio em Portugal. -----

----- Nesse ano, cerca de 1 milhão de pessoas saíram à rua, por todo o país, naquela que foi a 1ª manifestação livre em 50 anos. -----

----- O Grupo do Partido Socialista propõe que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior, reunida no dia 29 de abril de 2024, delibere saudar o 1º de Maio e todos os trabalhadores portugueses, lembrando as lutas e conquistas dos trabalhadores. ----

----- Lisboa, 26 de abril de 2024-----

----- PI' O Grupo do Partido Socialista, Clementina Maia-----”

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação o **Voto de Saudação “1º de Maio - Dia Internacional do Trabalhador”**, apresentado pelo PS, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**. -----

----- **Moção** -----

----- Celebrar os cinquenta anos de Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático -----

----- Celebramos este ano os cinquenta anos do 25 de Abril. Aquela madrugada libertadora iniciada pelo movimento dos capitães, a que o Povo aderiu, em unidade com o MFA, dando origem à revolução do 25 de Abril que devolveu a liberdade ao Povo e introduziu profundas transformações na sociedade portuguesa, mais tarde consagradas na Constituição da República em 1976. -----

----- Conquistas como o Poder Local Democrático e as Autonomias Regionais; direitos fundamentais, incluindo a constituição de partidos políticos, o direito ao voto, o fim da censura, a liberdade de imprensa; a liberdade de organização sindical, os direitos de manifestação e de greve o direito a férias pagas; o Salário Mínimo Nacional e o direito à contratação colectiva; o Serviço Nacional de Saúde; o direito à Saúde, Educação, à Habitação, o direito à igualdade entre homens e mulheres e o fim das discriminações das pessoas com deficiência; o direito à cultura e ao usufruto do lazer; à felicidade, foram conquistas fundamentais fruto da luta do povo português e que se têm consolidado e materializado na vida dos portugueses, demonstrando que a verdadeira democratização da sociedade portuguesa é inseparável de um regime firmemente ancorado numa democracia política, económica, social e cultural. -----

----- Celebrar Abril exige afirmar o que a Revolução representa e expressa enquanto processo libertador com profundas transformações na sociedade portuguesa. Uma realização da vontade do povo, uma afirmação de liberdade, de emancipação social, de soberania e independência nacional. Um dos mais altos momentos da vida e da história do povo português e de Portugal. -----

----- Celebrar Abril é evidenciar o que foi o fascismo e combater o seu branqueamento, é destacar a luta anti-fascista, pela liberdade e a democracia. -----

----- Celebrar Abril é assinalar o seu sentido transformador e revolucionário, não rasurando a memória colectiva que o envolve, afirmar o caminho que o tornou possível, rejeitando as perversões e falsificações históricas dos que o invocam para o amputar do seu sentido mais profundo, sublinhar o que constitui hoje de valores e referências

para um Portugal desenvolvido e soberano que décadas de política de direita têm tentado contrariar, atacando as principais conquistas do povo português e a sua Constituição.-----

----- Celebrar Abril é reafirmar que foi possível porque é fruto de uma longa resistência antifascista, de uma abnegada dedicação à luta pela democracia e liberdade de comunistas e de outros democratas, de uma intensa luta de massas da classe operária, da juventude, do povo.-----

----- Abril foi e é um processo libertador e foi pela acção revolucionária e transformadora das populações que o aparelho fascista de administração local foi substituído por órgãos de poder provisórios, legitimados pelas populações, e, conseqüentemente, se desenhou um poder autónomo novo que veio a merecer consagração na Constituição da República.-----

----- A afirmação do Poder Local e as profundas transformações sociais operadas pela sua intervenção na melhoria das condições de vida da população e na superação de enormes carências, são inseparáveis das características profundamente democráticas e da dinâmica popular que o Poder Local e o processo da sua institucionalização conheceram, na sequência da Revolução de Abril. É uma emanação e uma expressão directa da vontade popular, uma afirmação do carácter progressista e avançado do regime democrático resultante de Abril.-----

----- Celebrar Abril é afirmar, defender e valorizar o Poder Local e a sua autonomia, financeira e administrativa, hoje ameaçada, pelo subfinanciamento associado a uma transferência de encargos, pela ingerência tutelar e de mérito, pela instrumentalização que o reconduz, em parte, a mero executor técnico das opções de terceiros.-----

----- Celebrar Abril é exigir que se cumpra a Constituição e o que ela consagra e determina quanto à criação de Regiões Administrativas completando assim o edifício do poder local que está por cumprir.-----

----- Celebrar Abril é afirmar que o Poder Local Democrático continua vivo e com energia bastante para resistir e se regenerar se essa for a vontade dos que, nos seus órgãos, se dedicam à causa pública e se souberem juntar-lhe as mil vontades dos cidadãos que representam.-----

----- Os eleitos da CDU propõem que a Assembleia de Freguesia de Santa Maria Maior reunida a 29 de Abril de 2024 delibere:-----

----- 1. Saudar o 50º aniversário do 25 de Abril e o inestimável património de transformações económicas, sociais, culturais e políticas que o materializam;-----

----- 2. Reafirmar o espírito de serviço público que, há 50 anos, animou aqueles que tomaram nas suas mãos a condução das políticas locais em benefício das populações e cuja acção deixou marca indelével no Poder Local;-----

----- 3. Exigir a criação das regiões administrativas sem mais demoras e processos dilatórios;-----

----- 4. Exortar a que os órgãos representativos da autarquia contribuam para afirmar os valores de Abril e as suas conquistas, transmitindo às novas gerações o que representou o 25 de Abril, como acto de emancipação, democracia e liberdade;-----

----- 5. Saudar os milhares de participantes no desfile promovido pelas estruturas democráticas na Av. da Liberdade;-----

----- 6. Apelar à participação nas várias iniciativas promovidas para as comemorações destes 50 anos do 25 de Abril.-----

----- Os Eleitos da CDU, Raul Ramires e Hugo Duarte-----”

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver intervenções, submeteu à votação a **Moção “Celebrar os cinquenta anos de Abril, afirmar e valorizar o Poder Local Democrático”**, apresentado pela CDU, tendo a Assembleia

deliberado **aprovar, por maioria**, com 11 votos a favor (PS, PCP, PEV e BE) e 2 abstenções (PSD e Ind.)-----

----- **Ponto 3 – Aprovar as Atas nº 17 e 18;** -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que era apenas para a retificação de uma gralha. O primeiro parágrafo fazia referência aos onze dias do mês de setembro de 2023, quando o mês correto era dezembro.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** esclareceu que iriam proceder à retificação da ata para efeitos de memória futura e também da verdade.-----

----- Submeteu à votação a **Ata número 17**, com a alteração assinalada, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Eleitos presentes na respetiva reunião.-----

----- Submeteu à votação a **Ata número 18**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade** dos Eleitos presentes na respetiva reunião.-----

----- **Ponto 4 - Apreciar e votar a prestação de contas do ano 2023, nos termos da alínea b) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta Nº 221/2021-2025);** -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que dada a tecnicidade das exigências legais que eram impostas na elaboração do Orçamento, a Doutora Filomena daria os esclarecimentos que fossem questionados.-----

----- O Orçamento ia em linha com os anteriores, o nível de receita era semelhante, na casa dos 8.000.000 de euros. A despesa em relação ao ano anterior, tiveram um acréscimo de 9,5% em tudo aquilo que tinha a ver com apoios e intervenção social, tiveram um acréscimo de 62% na parte que dizia respeito ao empreendedorismo social, ao associativismo, coletividades. Tiveram também um acréscimo de 67% no que dizia respeito a intervenção no espaço público, o que incluía obras realizadas com ruas, passeios, habitações municipais, jardins, etc.-----

----- Em relação à limpeza urbana também houve o acréscimo de 16%, o que significava que a Junta tinha uma boa capacidade de execução orçamental e também uma boa capacidade de arrecadação de receita. Em relação ao previsto tiveram 113% de receita, cobraram mais 13% daquilo que estava previsto na receita e, em relação à taxa de execução na despesa, estavam com uma taxa de execução de cerca de 75% do Orçamento, o que também era algo de positivo.-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que não tinha conseguido identificar os valores desagregados nos contratos de delegação de competências.-----

----- **Doutora Filomena Marques** explicou que essa informação não fazia parte das contas em si, não estava identificada nas contas a margem de concretização dos CDCs. Era uma informação que se poderia prestar posteriormente, mas não fazia parte das contas.-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** perguntou se podia pedir só oralmente que numa próxima oportunidade fosse fornecido esse valor ou se preferiam que fizesse um requerimento. Seria interessante perceber esse dado desagregado na informação.-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que teria muito gosto em considerar esse pedido como um requerimento oral e que teriam muito gosto em responder, até porque entre o deve e o haver gastavam quase sempre muito mais do que aquilo que a Câmara dava. Talvez depois pudesse ajudar a recuperar algum investimento que fizeram nas pessoas e na atividade da Freguesia.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **Prestação de contas do ano 2023 (Proposta Nº 221/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, e Ind.), 3 votos contra (PCP, PEV e BE) e 1 abstenção (PSD) -----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 5 - Apreciar e votar a 2ª Revisão ao Orçamento do ano de 2024, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro (Proposta Nº 222/2021-2025);** -----

----- O Senhor Presidente da Junta esclareceu que se tratava do saldo que transitava do ano anterior e que obrigatoriamente era necessário, através de uma revisão, aplicar esse saldo. Já tinham feito uma distribuição parcial, conforme a Lei previa, na última reunião da Assembleia de Freguesia, estavam agora a fazer o restante. O saldo transitado foi em cerca de 3.900.000 euros, era esse valor que estava em causa no total, para a presente reunião eram 1.959.000 euros. -----

----- A Doutora Filomena poderia informar com mais detalhe quais os setores para onde foram, mas foi para reforçar o setor da higiene urbana, o setor das atividades sociais e culturais, numa previsão do que poderia acontecer durante o ano. Através das alterações orçamentais também tinham a possibilidade de ir corrigindo e afetando verbas quando necessário.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **2ª Revisão ao Orçamento do ano de 2024 (Proposta Nº 222/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por maioria**, com 9 votos a favor (PS, e Ind.), 3 votos contra (PCP, PEV e BE) e 1 abstenção (PSD)-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**. -----

----- **Ponto 6 - Apreciar e votar a versão final do Regulamento do Prémio Literário Armando Baptista Bastos (Proposta nº 213/2021-2025);**-----

----- Vogal do Executivo Ricardo Dias disse que sensivelmente um ano atrás estiveram ali para aprovar proposta da primeira edição do prémio literário e essa nova proposta, no fundo, levava algumas mudanças à primeira proposta e que, acima de tudo, estavam relacionadas com o modelo da recepção dos exemplares, tendo em conta que na primeira versão do regulamento não era muito claro naquilo que respeitava ao envio sob pseudónimo dos trabalhos, ou a forma como eram remetidos para a Junta de Freguesia, nomeadamente através do correio registado.-----

----- Também dava nota que tinham duas novas presenças na composição do júri dessa segunda edição, a introdução do jornalista e escritor Ferreira Fernandes, que curiosamente era diretor de um órgão de comunicação social que estava sediado na Freguesia, a “Mensagem”, que trabalhou muitos anos com o Armando Baptista Bastos. O outro era um nome seguramente notável do panorama literário português contemporâneo, a Dulce Maria Cardoso, juntando-se assim aos membros que já estavam na edição passada.-----

----- Queria também dar nota, a título informativo, que já começou a receção dos trabalhos a concurso. Nesse momento estavam perto da primeira dezena, o que era um bom indício, tendo em conta que estavam a sensivelmente um mês desde a abertura do prazo.-----

----- Curiosamente essa iniciativa visava homenagear um jornalista e um escritor que popularizou uma frase que tinha muito a ver com as celebrações que estavam recentemente a passar, “onde é que você estava no 25 de Abril?”. -----

----- Armando Baptista Bastos foi um grande escritor, foi um grande jornalista, um grande homem da cultura que viveu muitos anos ali no Bairro de Alfama. -----

----- Eleito Hugo Duarte (PEV) disse que queria apenas exprimir a sua satisfação por essa iniciativa e pelo aperfeiçoamento agora introduzido. Era mais do que justa a evocação da memória de Baptista Bastos por essa via e, portanto, dava os parabéns.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **versão final do Regulamento do Prémio Literário Armando Baptista Bastos (Proposta nº 213/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 7 - Autorizar que a Freguesia aceite a doação da taça do concurso das marchas populares de 1942 ganha pela Marcha do Castelo (Proposta nº 201/2021-2025)**;-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse que pelo simbolismo e por aquilo que transmitia era de algum modo importante, mas por outro também merecia bastante a capacidade de permitir que a Câmara os ajudasse e eventualmente pedir ajuda a quem vivia e sentia os problemas de uma maneira diferente.-----

----- Costumava dizer muitas vezes que só quem sentia tinha capacidade de resolver os problemas e ali sentia uma enorme tristeza por perceber que estavam a fazer a proposta de doação da taça do concurso das marchas populares de 1942, 81 anos atrás, marcha essa que foi ganha por um dos bairros da Freguesia, a Marcha do Castelo.-----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que para explicar melhor esse processo seria sensato narrar o acontecimento desde o começo.-----

----- A Junta de Freguesia foi abordada por um antigo dirigente do grupo excursionista do Castelo, uma colectividade histórica que se extinguiu no Bairro do Castelo, pedindo-lhe formalmente para que reunissem. O que se passava era que ainda na década de 40, apesar de já ir de alguns anos atrás, era essa histórica coletividade que organizava a marcha popular do Castelo, que depois passou então para o Grupo Desportivo do Castelo, a coletividade que ainda actualmente a organizava e promovia.-----

----- Em 1942, felizmente, a Marcha do Castelo foi a vencedora do concurso, ainda estavam nas primeiras edições. Apesar de estarem num bairro que era muito prolífero na recepção de taças das marchas populares, como todos sabiam, a poucos metros dali havia uma coletividade que tinha mais de duas dezenas, a verdade era que nenhuma taça se comparava com essa. Estavam a falar de um objeto de prata maciça e que tinha praticamente meio metro de altura. Estavam a falar de um troféu bastante simbólico do ponto de vista histórico, mas também do ponto de vista patrimonial.-----

----- Ao falar com o Senhor Fernando Esteves, antigo dirigente do grupo excursionista do Castelo, percebia a sensibilidade e o respeito que ele tinha por ter em mãos e em sua casa um objeto histórico que queria que fosse preservado. Achou que a Junta de Freguesia, enquanto autarquia onde estava incluído o Bairro do Castelo, seria o local mais digno para que ficasse com a guarda desse objeto.-----

----- Portanto, dentro daquilo que era o Regimento da Assembleia e a disposição legal, levavam esse facto para que se aceitasse a doação, comprometendo-se a Junta de Freguesia a guardar e a expor para memória futura e proteção também do legado histórico da população.-----

----- Poderia para ser mais sensato, tendo em conta que a marcha popular do Castelo era organizada pelo Grupo Desportivo do Castelo, que fosse essa coletividade a ficar com a taça. Acontecia que havia uma questão divergente entre as direcções e existia uma posição clara relativamente aos dirigentes dos excursionistas do Castelo para que a taça fosse entregue à Junta e não à atual coletividade.-----

----- Parecia natural essa posição, tendo em conta que estavam numa coletividade que organizou a marcha de Alfama durante muitos anos e as taças que foram ganhas por essa coletividade estavam nessa coletividade e não no centro cultural Doutor Magalhães Lima. Era uma questão de respeito pela história.-----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que queria apenas solicitar um esclarecimento relacionado com a comunicação que foi enviada à Junta por parte do Senhor Fernando Esteves, na qual fazia referência à doação da taça e respetivas salvas de prata. Porém, na descrição da proposta era feita referência apenas à taça e por uma questão de rigor seria conveniente a descrição incluir também a taça e as respectivas salvas de prata. Era apenas um aspeto de detalhe.-----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que só seria doada a taça. As salvas de prata nem sequer lhe foram mostradas, o Senhor iria continuar com elas. Não houve intenção de concluir essa parte, mas o e-mail estava na íntegra como foi rececionado.--

----- Logicamente faltava rigor na informação, a informação do e-mail não era consentânea.-----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** agradeceu o esclarecimento. Sugeria apenas que por uma questão de salvaguarda em termos de memória futura fosse referido isso mesmo. -

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** referiu que de acordo com as normas legais era a Assembleia de Freguesia que tinha de votar e deliberar, aceitar ou recusar doações, legados e heranças para benefício de inventário. Para todos os efeitos, a taça entrava nessa categoria.-----

----- Submeteu à votação **aceitar a doação da taça do concurso das marchas populares de 1942 ganha pela Marcha do Castelo (Proposta nº 201/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 8 – Autorizar a celebração do Protocolo com a Associação dos Arqueólogos Portugueses (Proposta nº 203/2021-2025);**-----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que, no fundo, prendia-se com a realização do Festival de Coros, que já ia na quinta edição. A primeira e a segunda foram feitas no Largo de São Domingos, mas a partir da terceira resolveram promovê-lo nas ruínas do Carmo. Era um festival que já fazia parte da calendarização habitual da Junta de Freguesia, que levava todos os anos coros, grupos corais de todo o país, e que ia para a quinta edição com um elenco também renovado.-----

----- Logicamente que essa parceria não só continuava a dar o estatuto que entendiam que esse festival merecia, mas também fortalecer uma ligação cultural entre uma instituição que era bastante importante na Freguesia, que tutelava um lugar icónico da história geográfica também. Representava também uma intenção da Junta de Freguesia em fortalecer as suas ligações com as instituições culturais do território.-----

----- **Eleito Raul Ramires (PCP)** disse que tinha apenas uma questão de precisão. Na cláusula segunda referia-se que “o presente protocolo destina-se a proporcionar aos fregueses da Junta de Freguesia”. Considerava que seria mais exato aos fregueses da Freguesia, não da Junta. Era só uma precisão.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **celebração do Protocolo com a Associação dos Arqueólogos Portugueses (Proposta nº 203/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 9 – Autorizar a celebração do Protocolo com a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (Proposta nº 214/2021-2025);**-----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que a Fundação Ricardo Espírito Santo era uma entidade bastante icónica no território, com um trabalho muito importante na preservação cultural e artística, nacionalmente reconhecida.-----

----- Esse protocolo ia na senda daquilo que tinha explicado anteriormente, ia aproximar a ligação da população com essa instituição, criando visitas gratuitas para os idosos da universidade sénior, mas também para os jovens das escolas. -----

----- Tinha uma adenda que lhe parecia importante, iriam ter uma cotação que ainda não estava definida para que jovens conseguissem entrar no ensino profissional, jovens da Freguesia, nessa importante fundação.-----

----- Era mais uma manifestação do interesse em ter uma relação institucional com o tecido cultural e com as instituições de cultura do território.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **celebração do Protocolo com a Fundação Ricardo Espírito Santo Silva (Proposta nº 214/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 10 - Autorizar a celebração do Protocolo com a Animalife (Proposta nº 220/2021-2025)**;-----

----- **Vogal do Executivo Ricardo Dias** disse que a Animalife era uma instituição sem fins lucrativos que fazia um trabalho numérico e muito importante ao nível da ação social no que se referia aos cuidados animais.-----

----- Com a criação, quatro anos atrás, do espaço “Animacão” no antigo Pátio Dom Fradique, percebendo que dando uma oferta à população com a possibilidade de ter um espaço pedagógico para os animais, também entenderam que podiam dar um salto no panorama da ação social, tendo em conta que os cuidados com os animais domésticos também mereciam a mesma valia e preocupação como qualquer outro que se inseria na ação social.-----

----- Daí que o protocolo com essa associação fosse muito importante, porque passavam a ter cuidados de ação veterinária nesse espaço que, aliás, já ia em sintonia com o programa que a Animalife tinha com a Câmara Municipal de Lisboa, o “Vet na Rua”. Esse protocolo iria de certa forma explicar as doutrinas desse programa ali no território, tendo em conta que a Animalife para além do cuidado veterinário que era prestado no espaço “Animacão”, também dava resposta nos cuidados de alimentação e noutras áreas relacionadas com os cuidados de saúde animal. Entendiam que esse protocolo ia também reforçar o papel na ação social.-----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que era de louvar essa iniciativa e haver esse serviço, haver esses cuidados. No entanto, como não havia uma solução melhor ia votar a favor desse protocolo, mas queria deixar uma nota. Pensava que a zona do Patio Dom Fradique merecia um tratamento a nível de espaço público, toda aquela instalação poderia ser alvo por exemplo de um concurso de ideias.-----

----- Isso não era uma crítica ao que estava feito agora e ao serviço prestado, porque era muito válido, mas em termos de espaço poderia haver ali uma melhoria. Inclusive já tinham visitado com o Executivo e, portanto, era só deixar essa nota, mas iria votar positivamente.-----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia**, constatando não haver mais intervenções, submeteu à votação a **celebração do Protocolo com a Animalife (Proposta nº 220/2021-2025)**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar, por unanimidade**.-----

----- Submeteu à votação a **Ata em Minuta referente à deliberação acabada de tomar**, tendo a Assembleia deliberado **aprovar por unanimidade**.-----

----- **Ponto 11 - Apreciar a informação escrita do Presidente, nos termos da alínea e) do número 2 do artigo 9º da Lei nº 75/2013 de 12 de setembro;**-----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que era o momento em que podiam fazer uma reflexão mais generalista sobre os problemas da Freguesia. Queria salientar que a informação escrita tinha uma componente descritiva das reuniões que o Presidente da Junta fez em nome do Executivo com diversas entidades, mas na componente do seu texto entendia realçar três coisas.-----

----- A primeira era que sim, não obstante terem feito ali uma Assembleia de Freguesia destinada ao 25 de Abril, queria salientar que tiveram um programa específico da Junta de Freguesia para assinalar essa data. De outra maneira não poderia ser, até porque foi um slogan que criaram, “Foi aqui que tudo aconteceu”.-----

----- A revolução de Abril foi uma revolução nacional, claro, mas o seu momento, o seu climax, onde se decidiu se vingava ou não, foi sobretudo no território da Freguesia de Santa Maria Maior, tanto no Terreiro do Paço como no Largo do Carmo. Foi também ali que o povo saiu à rua em grande força e teria, mas isso era uma questão de interpretação e debate mais académico, teria transformado porventura um golpe de Estado numa verdadeira revolução, especificamente até com o assalto à sede da PIDE. Foram coisas muito importantes que aconteceram no território.-----

----- Como tinha referido e muito bem o cidadão Frederico, que saudava, que participou em alguns debates, organizaram umas cerimónias que não se diluíssem nas cerimónias oficiais, que seriam esmagadoras, mas que fizessem alguma diferença em termos de território. Daí terem feito uma exposição muito impactante sobre o 25 de Abril e aqueles tempos, os anos que antecederam ao 25 de Abril e também os anos que lhe seguiram, os dois ou três primeiros anos. Uma exposição de um fotógrafo que acompanhou todo esse processo, o fotógrafo Marcos Valentim.-----

----- Também organizaram um conjunto ao qual intitularam “Conversas livres”, onde tiveram quatro Capitães de Abril, o capitão major Vasco Lourenço, o capitão Carlos Matos Gomes e na segunda rodada o capitão Carlos Beato, que foi um dos braços direitos do capitão Salgueiro Maia em toda a movimentação militar, e também o capitão Hermínio Martinho, que também esteve na rua naquele movimento e era porventura, do ponto de vista pessoal, uma das pessoas mais próximas do Salgueiro Maia.-----

----- Tiveram um debate interessantíssimo, uma conversa interessantíssima, não só sobre as motivações individuais de cada um que os levaram a aderir ao movimento do MFA, como também a sua própria análise daquilo que aconteceu, de quem foi mais ou menos decisivo, das circunstâncias.-----

----- Foram de facto momentos muito interessantes e muito ricos que queria ali salientar, mas também dizer que essas comemorações não se ficaram só nessas conversas com os Capitães de Abril. Estiveram lá dirigentes do movimento académico do antes de 25 de Abril também para falarem sobre a importância do movimento estudantil para a consciencialização dos próprios militares de Abril, sobretudo os militares milicianos. Foi muito importante, com o ex-Presidente da Assembleia da República, Ferro Rodrigues e também com o Doutor Alberto Costa, que também foi dirigente da Faculdade de Direito e também um dirigente histórico da Faculdade, como também tiveram editores livres para falar da importância dos livros na consciencialização da preparação de toda aquela juventude que ao fim e ao cabo influenciou e fez o 25 de Abril.-----

----- Isso sem prejuízo de terem feito, como faziam tradicionalmente e como também convidavam sempre toda a Assembleia de Freguesia para participar, a arruada que percorreu o território todo a distribuir cravos e a tocar música referente a Abril. Foi um momento especial, até porque terminaram como sempre no Largo do Carmo e estava cheio. A banda a tocar o “Grândola Vila Morena”, a marcha do MFA e muitas outras canções, foi porventura um dos momentos mais importantes e mais emocionais também

daquela jornada, que do ponto de vista pessoal para muitos terminou de forma extraordinária e grandiosa, com a manifestação do 25 de Abril que desceu a Avenida da Liberdade. -----

----- Centrando nas questões da Freguesia, queria salientar duas ou três áreas que tinham a ver com a qualidade de vida e a primeira era com a questão do ruído. -----

----- A providência cautelar que a Junta apresentou para a Câmara não promover mais licenças especiais de ruído não foi aceite pelo juiz. O argumento foi meramente contabilístico, porque a Junta não ficava prejudicada em termos financeiros e era um acerto de contas que teriam de fazer.-----

----- Não foi esse o motivo da iniciativa, o juiz não valorizou aquilo que consideravam, que emitir as licenças do ruído era um importante instrumento de gestão territorial, de gestão social e de gestão da qualidade de vida das pessoas. Decidiram avançar para a ação principal. O processo estava a seguir o seu caminho, embora tivesse sido contactado pelo gabinete do Senhor Presidente da Câmara no sentido de encontrarem uma solução através de um despacho do Senhor Presidente. Estavam a ver se conseguiam resolver dessa forma.-----

----- Tinham essa situação, sendo uma competência própria da Junta e entendiam que uma competência exclusiva, a Câmara poderia continuar a emitir licenças especiais de ruído sem o mínimo de sensibilidade. Nem sequer estava no âmbito da crítica política, essa passava quando os responsáveis políticos não se queriam interessar por esse assunto, mas sem o mínimo de sensibilidade social. Uma coisa era um técnico, um arquiteto, um engenheiro, emitir uma licença de ruído sem saber o que estava a passar, outra coisa era uma Freguesia que tinha muito mais proximidade saber que o ruído naquela zona às tantas horas era altamente inconveniente. Assim teriam evitado certamente as licenças para os casamentos que se fizeram na rua, na Doca da Marinha, e outras licenças que foram feitas sem conhecimento da Junta e que por vezes infernizavam a qualidade de vida das pessoas. -----

----- Queria, no entanto, dizer que licença especial de ruído não podia ser confundida com o ruído e o som que saía dos estabelecimentos comerciais. Isso não era competência da Junta, infelizmente. Detetava-se por todo o território da Freguesia e havia muitos estabelecimentos comerciais que colocavam aparelhos que som, colunas de som para o exterior e que faziam um ruído infernal, impossibilitando também a qualidade de vida e o descanso das pessoas. -----

----- O mesmo se passava com o terminal de cruzeiros, com a perspectiva até de se criar agora um rooftop no terminal de cruzeiros. Se isso viesse a acontecer iria ser muito mau para as pessoas que ali moravam e a Junta estava preparada para contestar, para protestar e contava com o apoio da população para isso. Esse era um dos problemas graves que tinham no território, o controlo da emissão de ruído. -----

----- A segunda questão que salientava eram os níveis de desassossego que havia no espaço público a partir de uma determinada hora, com uma violência acrescida, com o tráfico de droga acrescido, com uma má utilização do espaço público que tornava também a situação completamente insuportável.-----

----- Os Membros da Assembleia de Freguesia poderiam verificar que no relatório das reuniões ou na informação das reuniões que dizia ali estavam sempre presentes as polícias, sendo certo que as Juntas de Freguesia não tinham competências legais para interferir no território em matéria de segurança. Não podiam mandar fechar uma loja, não podiam mandar dispersar pessoas na rua, nem sequer podiam ordenar a uma esquadra que fossem para a rua fazer isso. Podiam pedir e informar, mas não tinham essa competência legal e os esforços muitas vezes eram infrutíferos, resultavam durante um bocado de tempo. -----

----- Por exemplo, no mês passado durante a noite, graças à disponibilidade do comandante da Polícia Municipal, tinha andado com os serviços da Junta e com uma equipa de agentes da Polícia Municipal para verificarem o ruído à noite. Esse controle só podia ser feito com a polícia, não podiam ser os fiscais da Junta. Naquela noite quem estava a prevaricar fechou, teve que baixar os níveis, teve que retirar móveis da rua onde estavam a ocupar indevidamente, mas nada garantia que dois dias depois já não estivessem no mesmo sítio a fazer a mesma coisa. Aliás, já lá estavam. -----

----- Portanto, tinham uma grande dificuldade que só poderia ser resolvida em primeiro lugar com uma redução dos horários dos estabelecimentos comerciais noturnos. Essa era uma posição de sempre da Junta, não era competência da Junta, mas queriam efetivamente uma redução dos horários dos estabelecimentos comerciais. -----

----- Gostariam de ter uma proibição e não era só sua, também era da Presidente da Misericórdia, do Presidente de Santo António, numa proibição de venda de álcool para a rua a partir de uma determinada hora.-----

----- Havia coisas que dependiam exclusivamente da Câmara, como por exemplo melhorar de uma forma muito impressionante a iluminação pública. A luz era um factor que induzia segurança, que afastava alguns dos marginais que se sentiam melhor na escuridão. Na sua componente a Câmara podia ser muito mais impressionante e ativa, porque era preciso uma renovação na iluminação da cidade, com maior iluminação noturna para evitar essas situações.-----

----- Via sempre com muito bons olhos as manifestações de chamada de atenção, de reclamação, de protesto dos residentes, porque muitas vezes o Presidente de Junta era encarado pelo resto do poder político como um lunático que só estava a falar dessas coisas e que nem eram tanto assim. -----

----- Receberam recentemente algumas propostas e alguns pedidos de reunião de cidadãos organizados na Freguesia e a sua intenção era reunir com eles muito brevemente, porque precisavam de toda ajuda para reforçar essa questão. Se isso não acontecesse, muito brevemente teriam um Bairro Alto alargado para esse território e para grande incómodo de quem ali residia. -----

----- Iam diminuindo população e certamente iria continuar a diminuir, não só porque tinham os problemas do alojamento local, da habitação e disse tudo, como também tinham uma acelerada perda de qualidade de vida de muitas pessoas que teimavam em viver ali, eram resilientes e que ultimamente lhe tinham ido dizer que iam embora porque já não aguentavam mais o barulho, não aguentavam mais a confusão, as agressões à noite, a porcaria que se fazia na rua à noite. -----

----- Era preciso agir a montante e a jusante, era preciso agir socialmente com quem fosse necessário agir, mas também era preciso agir coercivamente com quem, não obstante a recusa sistemática de intervenção social, persistia em utilizar a rua como algo que se fosse uma casa de banho pública, ou como se fosse algo que pudesse fazer sem qualquer tipo de preocupação para com terceiros. -----

----- Portanto, nessa perspectiva precisavam de facto de maior assertividade e de maior firmeza nessa questão.-----

----- A terceira questão que levantava era naturalmente a questão da habitação, porque sem habitação ali não havia o resto, não havia emprego, não havia aproveitamento escolar, não havia justiça e porventura havia uma desestruturação acelerada das famílias.-----

----- Tiveram um sério problema com a errada política que ia de trás, de turistificação da cidade e do aproveitamento de uma franja de negócio que a princípio parecia simpática, mas que depois se tornou pernicioso, que foi o alojamento local. Parecia simpática quando era um negócio de família, quando era um negócio de sobrevivência, quando era

um negócio de aproveitamento de um bem próprio para enfrentar melhores situações de crise social, mas quando passou a ser um negócio das grandes empresas, dos fundos imobiliários, das companhias seguradoras, dos bancos, quando passou a ser esse negócio, claramente que o tecido social da Freguesia se desvirtuou completamente, as pessoas foram empurradas dali para fora e, portanto, tiveram ali situações muito difíceis. -----

----- Conseguiu-se estancar a certa medida, também e certamente devido à iniciativa que a Junta tomou, que foi o “Rosto dos Despejos”, que a partir daí possibilitou a alteração da legislação e surgiram então as Leis de contenção do alojamento local, responsabilizar as câmaras por estabelecer zonas de contenção, que conseguiram para a Freguesia que passasse a ser uma zona de contenção total e bem tiveram que lutar para que assim fosse. -----

----- Naturalmente que agora estava preocupado com essa mudança de governo, claro que democrática, legítima certamente, onde era anunciado pelo Senhor Primeiro-Ministro que seria preciso reverter as medidas de contenção em relação ao alojamento local. Se isso viesse a acontecer, então teriam uma segunda zaria e novamente uma situação extremamente complicada para o direito à habitação e para a possibilidade dos que já lá estavam continuarem a estar. -----

----- Como não queria só dizer coisas negativas, também queria dizer que encarava com esperança. Como sabiam, a Junta apresentou uma proposta e já tinha apresentado há dois anos, quando se recandidatara a esse último mandato à Junta, de se criar um programa “Regresso ao Bairro”. A filosofia era que todas as pessoas da Freguesia que nos últimos 10 ou 15 anos, isso poderiam acertar, tivessem sido obrigadas a sair por despejo ou por bullying imobiliário, ou por impossibilidade de pagamento de renda por aumento abrupto devido a má-fé negocial. Ainda há dias tinha encontrado uma senhora que pediu ajuda à Junta, morava no primeiro andar, o senhorio chegou lá e disse que queria fazer obras na casa e que até ia ficar melhor, entretanto iria passar para o andar de cima que já estava recuperada. Pediu-lhe para assinar um papel e ela, sem se aperceber, estava a assinar um novo contrato de arrendamento, deixando de ser um contrato anterior a 1995 para passar a ser um contrato recente, agora estava lá a ordem de despejo. -----

----- Isso era má-fé negocial que tinham combatido muito, mas que continuava a existir e o programa “Regresso ao bairro” era exatamente para criar uma situação de exceção, facilitando a quem foi obrigado a sair e que querendo podia voltar através de concurso. Casas da Câmara que continuavam vazias, devolutas, propondo-se até a Junta, mediante protocolo de delegação de competências, a recuperar as casas que estivessem ao alcance técnico da Junta poder recuperá-las, para as colocar mais rapidamente nesse programa.

----- Foi com agrado que tinha ouvido há dias uma intervenção da Senhora Vereadora Filipa Roseta, em que se aproximava dessa proposta da Junta, fizeram o debate público quando foi da carta municipal da habitação, onde ela defendia que o património municipal do centro histórico, que 75% deveria ser afeto pessoas da Freguesia ameaçadas por despejo ou que tivessem que sair. Era um passo em frente e esperava que fosse para cumprir e já tinha feito chegar a sua opinião à Câmara Municipal, dizendo que era um bom passo, agora fossem conversar para o concretizar. -----

----- Claro que ainda tinham arestas para limar, mas esse era um bom caminho e esperava que viesse a acontecer, naturalmente que em contradição com tudo aquilo que se avizinhava de liberalizar o alojamento local, de reverter algum congelamento das rendas, de se voltar novamente a uma situação de insustentabilidade para as famílias. Isso era de facto uma grande preocupação que tinham e esperava estar enganado, que nada disso viesse a acontecer, mas era sua obrigação partilhar essa preocupação. -----

----- Era isso que queria salientar, ficando naturalmente à disposição para qualquer esclarecimento que fosse solicitado. -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que relativamente à informação escrita gostaria de partilhar algumas reflexões. -----

----- A informação escrita que mais gostariam de receber e de forma atempada era a resposta aos múltiplos requerimentos que tinham dirigido ao Executivo e que sucessivamente não eram respondidos. Portanto, poderiam estar ali a trocar algumas impressões sobre a informação escrita do Senhor Presidente, mas nunca passariam de uma reflexão sobre generalidades. -----

----- Pretendiam obter informação, não numa perspetiva de generalidade, mas numa perspetiva assertiva e clara às questões concretas que endereçavam ao Executivo, questões relacionadas com a higiene urbana, questões relacionadas com a segurança, questões relacionadas com a habitação, nomeadamente com o alojamento sobrelotado na Freguesia. Eram questões que há meses e em alguns casos anos aguardavam respostas e, portanto, iam mais uma vez insistir para que o debate ali promovido não fosse apenas um simulacro de debate, mas que fosse efetivamente um debate assente no respeito mútuo, tanto da oposição para o Executivo como do Executivo para a oposição.

----- Quando eram sucessivamente confrontados com ausências de respostas a questões concretas e que eram do interesse de toda a Freguesia não estavam a fazer um bom trabalho no respeito institucional mútuo que enquanto eleitos mereciam uns em relação aos outros. Portanto, mais uma vez continuavam a aguardar e insistiam para que essas respostas finalmente chegassem. -----

----- Dirigida essa oportunidade de melhoria ao Executivo, numa nota um pouco mais positiva queria congratular por finalmente verem concretizada no terreno uma proposta que já desde o início do anterior mandato ali apresentaram. Os eleitos da CDU apresentaram a proposta de colocação de bancos de repouso na Baixa já desde o início do anterior mandato e tinham vindo a insistir, finalmente constataram no terreno que esses bancos já se encontravam colocados. Portanto, exprimia desde já a satisfação e gostaria de saber se foi uma responsabilidade da Junta ou da Câmara Municipal de Lisboa, visto que da última vez que abordaram essa questão o Senhor Presidente tinha referido que a Câmara de Lisboa chamou a si e a gestão desse processo. -----

----- Ainda em relação ao espaço público, ao espaço urbano da Freguesia, gostaria de deixar apenas dois alertas, eventualmente para futuras conversas que o Senhor Presidente viesse a ter com os diferentes intervenientes nas respetivas matérias. Uma questão prendia-se com a progressiva desqualificação e homogeneização do comércio na Freguesia. -----

----- Era importante de uma vez por todas tomarem medidas para que um dia não despertassem com uma Freguesia cujo comércio assentava exclusivamente em cabeleireiros, unhas de gel, telemóveis e frutarias. Não era sustentável continuarem a caminhar nesse sentido e, portanto, seria fundamental que a Junta de Freguesia de Santa Maria Maior em conjunto com a Câmara Municipal de Lisboa definisse critérios de ocupação dos espaços comerciais. -----

----- Isso não tinha que significar mais burocracia, não tinha que significar limitações ou imposições à liberdade de desenvolvimento de atividades comerciais na Freguesia, mas tinha a ver com definição de critérios. Não podiam por um lado recriminar por ver desaparecer sucessivamente espaços de referência do comércio tradicional e depois, ao mesmo tempo, ver alastrar de uma forma contínua uma monocultura comercial que desqualificava em absoluto a Freguesia. Era importante de uma vez por todas junto da Câmara Municipal de Lisboa, porque isso não era apenas um problema da Freguesia de Santa Maria Maior, era um problema que se ia alastrando até Freguesias onde essa

situação não era comum encontrar-se, por exemplo a Freguesia do Areeiro ou a Freguesia de Alvalade. -----

----- Tinha constatado recentemente, ainda no dia anterior lá estivera, a desqualificação absoluta que a Avenida de Roma nesse momento começava a ter. Era uma mancha que se ia espalhando do centro histórico da cidade em direção às suas malhas mais periféricas, mas tinham que se centrar no território da Freguesia e ver o que poderiam fazer a esse respeito. -----

----- Uma última nota era apenas para deixar uma sugestão, de se encontrar uma melhor solução para os quiosques horríveis que existiam no Rossio e onde funcionavam duas floristas. Eram mamarrachos metálicos que constituíam ali uma obstrução visual da fachada do Teatro Dona Maria. Havia soluções melhores do ponto de vista arquitetónico e essas soluções já existiam em diversos pontos da cidade. Não era aceitável que aqueles caixotes metálicos permanentemente grafitados e com péssimo aspeto servissem de cartão de visita de uma das mais bonitas praças de Lisboa. -----

----- **Eleita Sandra Gadanho (PSD)** disse que subscrevia e acompanhava as preocupações do Executivo e do Senhor Presidente em relação ao levantamento que fez naquele vídeo que publicou nas redes sociais sobre habitação e alguns imóveis. Havia de facto património disperso e tinha uma relação das reabilitações. Nesse momento, só na Freguesia, estavam reabilitados 190 fogos, havia 55 que estavam vagos e desses 55 havia várias fases. Havia empreitadas que foram suspensas por alguma razão arqueológica ou de falta de segurança, havia empreitadas que estavam a começar e algumas estavam em projeto. -----

----- Não era todo o património da Câmara que estava devoluto. Era verdade que havia uma parte, mas também uma parte que já estava em obras e por exemplo havia 10 em concurso. -----

----- Por exemplo, a Junta de Freguesia de Benfica tinha um programa, que teve essa autonomia com o “Primeiro Direito” e também com o PRR. -----

----- Achava que a Junta se devia unir à Câmara Municipal e ajudar no máximo de soluções possíveis, porque era mesmo uma situação de emergência. Era estranho que não se tivesse dado conta da crise que aí vinha em relação à habitação. -----

----- Todos os centros históricos deviam ser alvo de uma sensibilidade especial, tinha muita dificuldade em lidar com licenciamentos zero noutros assuntos, mas na habitação agora era prego a fundo e uma prioridade para todos, deveria ser. -----

----- **Eleito Rodrigo Machado (BE)** disse que, ao contrário da eleita do PSD, adivinhava-se o que aí vinha. Era fruto de uma política propositada para assim ser. -----

----- Achava que havia uma preocupação do Presidente da Junta que acompanhava, que com uma mudança de governo poderia haver um agravamento daquilo que viviam, da crise da habitação em particular. -----

----- No entanto, essa nova política que podia surgir não era uma política de ruptura, era uma política de continuidade daquilo que tinha sido a política de habitação nos últimos anos no país e em particular para Lisboa, ainda mais em particular para o centro histórico. -----

----- Turistificou-se o centro histórico a um nível onde agora se queixavam das suas consequências. A monocultura económica, o problema do ruído, o problema de tornar Alfama e Mouraria num novo Bairro Alto. Eram consequências naturais daquilo que foi o processo político que os conduziu até ali, uma política de habitação muito errada e de venda da Cidade de Lisboa às pessoas mais endinheiradas do mundo. Portanto, podiam estar ali a discutir como já fizeram várias vezes, era uma discussão muito importante, não se cansava de a ter sobre habitação em Lisboa e em particular nessa Freguesia, a que mais lhe dizia respeito, mas podiam discutir coisas mais concretas. -----

----- A Junta de Benfca mudou um bocadinho o paradigma da poltica de habitao e da interveno autrquica na cidade, com a compra de imveis e construo prpria de rendas acessveis e havia uma pergunta que gostava de fazer, era se havia possibilidade da Junta de Freguesia fazer algo semelhante, no dizia igual, mas algo semelhante para que pudesse essa habitao ser a maneira de terem o programa do “Regresso ao bairro” e que ele fosse conseqente, no um conjunto de boas intenes. -----

----- Saber se seria possvel a Junta conseguir concretizar um projeto desses, o que teria o apoio do BE e a partir da conseguirem transformar tambm os bairros do centro histrico. Seria muito positivo e seria um passo muito importante e que iria muito alm daquilo que eram as discusses s vezes muito longas sobre o tema e as boas intenes. Se havia algo material e prtico era importante e gostava de saber se havia uma resposta para isso, se havia alguma tentativa, se havia uma possibilidade at porque podia no haver, por constrangimentos oramentais, etc. -----

----- Sobre o espao pblico, era verdade que ele se ia deteriorando e novamente ia tambm na linha de uma utilizao excessiva do territrio, um territrio pequeno, mas que tinha uma quantidade de pessoas muito maior do que a sua capacidade a passar todos os dias. Sobre isso j se falou ali por exemplo daquelas floristas horrveis, no as senhoras, mas os sítios onde estavam e que eram bastante feios. No Martim Moniz tambm havia caixotes desse gnero e tambm nunca tinha percebido qual era a sua utilidade.-----

----- O BE j tinha levado ali vrias vezes a questo dos bancos no Martim Moniz e na Mouraria, no Largo da Severa em particular. No se percebia porque tinha divisrios ao contrrio do resto da cidade. Falava por exemplo do parque infantil da Mouraria, que pelo menos sempre que l passava estava fechado e gostava de perguntar tambm a razo, se acontecia em mais parques infantis.-----

----- Queria tambm falar de uma situao um bocadinho em particular e tambm em jeito de pergunta. Depois do 25 de Abril tinha subido as escadas rolantes e elas comearam a abanar todas, apanharam um susto enorme e gostava de pedir a Junta para ver o que se passava com aquelas escadas rolantes. -----

----- **Eleito Loureno Costa (PS)** disse que gostaria tambm de deixar alguns pensamentos relacionados com a informao escrita do Presidente. -----

----- Relativamente a providncia cautelar do ruído, era um combate que tinha em considerao e prezava bastante. Gostaria de saber a razo pela qual a providncia cautelar no foi aceite, quais foram os fundamentos dados pelo tribunal, e saber tambm se era possvel eventualmente a Assembleia de Freguesia ter a sentena ou a deciso disponibilizada, eventualmente tambm a petio inicial apresentada. -----

----- Relativamente ao que os seus colegas tinham dito, existia efetivamente uma preocupao e que via generalizada tambm pelos fregueses relativamente a proliferao de certos negcios que no se consideravam valor acrescentado ao territrio, nem desse nem de nenhum e que provavelmente por vezes at eram capuchos de negcios verdadeiros que no eram os reais. Todos sabiam o que estava a acontecer por trs de negcios que no eram rentveis e cujas rendas eram muito excessivas e muito superiores ao que esses negcios muitas vezes tinham. -----

----- Nessa medida s via duas alternativas. Ou efetivamente falavam com as autoridades para fazer investigao sria sobre o que se estava a passar, ou ento faziam um lobby nacional, como tambm j fizeram noutras situaes, relativamente a habitao e bem feito, um lobby nacional relativamente a limitar o licenciamento zero. No se podia ter tudo ali, licenciamento zero e liberdade econmica e comercial, no valia tudo. Precisamente por isso e para defender os interesses dos fregueses e do patrimnio histrico e cultural, tinham que fazer alguma coisa j, no podia continuar.

----- Tinham a Rua Barros Queiroz sem uma loja portuguesa atualmente, tradicional. Se fossem ver, muitas dessas lojas eram lojas históricas que foram compradas por trespasse e que não interessavam a ninguém. Não vendiam nem uma coisa de interesse para um português, nem para um português nem para um estrangeiro. -----

----- Via um problema na Freguesia que também achava importante, porque se mencionou nos protocolos que aprovaram e que era relativamente aos animais que os sem-abrigo faziam uso muitas vezes. Os animais eram importantes para dar companhia a pessoas que estavam sozinhas, era uma situação muito delicada e que tinham de ajudar, mas havia uma situação em que era usado em exagero. Muitas vezes não conseguia identificar se os animais estavam em bom estado ou não, se não seriam utilizados em excesso por parte de certas pessoas para também conseguirem esmolas.--

----- A Junta de Freguesia tinha que estar na vanguarda da proteção dos animais relativamente ao seu uso excessivo na rua, parecia haver alguns métodos e que eram bem feitos, mas teriam que fazer ainda mais. -----

----- Relativamente à habitação tinha o problema que tinha. O Executivo tinha sido sempre com uma política invejável e que saudava bastante, era por isso que também se associava tanto. Tinham que ver se a Câmara Municipal aceitava as políticas que o Presidente estava a falar. -----

----- Relativamente aos sem-abrigo também tinham que pensar sobre o futuro e como poderiam desenvolver novas políticas com as pessoas que estavam na rua e cada vez se via mais em termos nacionais. Parecia-lhe que o Executivo tinha várias políticas já em mãos, mas tinham sempre que fazer mais e era uma coisa que precisavam ter mais em consideração. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** disse ao Senhor Presidente da Junta que agradecia não só a sua informação escrita, como acima de tudo o movimento que realizou publicamente ao tentar conquistar alguém que muitas das vezes não colocava os interesses de toda a cidade à frente, mas parecia colocar a comunicação como primeira medida do seu Executivo e do seu mandato. -----

----- Habitaram-se ao longo dos anos e dos mandatos na Assembleia de Freguesia de Santa Maria maior em ser, na realidade, a voz daqueles e daquelas que não tinham voz. Fizeram durante o mandato do anterior Presidente da Câmara a denúncia pública de um conjunto de situações que estavam a fazer e a originar a expulsão do centro histórico da cidade. Se alguém interpretava ou identificava porque o convite para agir era contrário aos seus interesses pessoais era porque lamentavelmente desempenhava uma função para a qual não estava preparado e não estava legitimado. -----

----- As eleições em democracia eram obviamente soberanas, ganhavam ou perdiam por um, às vezes ganhavam por muitos e outras vezes estavam na oposição, mas era absolutamente determinante respeitar aqueles e aquelas que eram a alma e o coração das cidades. -----

----- No caso da Freguesia estavam a assistir ao continuar de uma ação que seria eventualmente a segunda onda de choque associada à alteração da Lei das Rendas, aquela Lei que se ouviu falar durante muitos anos como Lei Cristas. Primeiro foi a fase da renovação dos contratos, tinham os proprietários a legitimidade de se oporem à renovação dos contratos das instituições e numa Freguesia em que os jovens dificilmente tinham capacidade de permanecer a residir, viram o grupo excursionista ter que encerrar as portas porque não tinha capacidade para manter a sua atividade, estavam a assistir a morte do centro histórico da cidade, no sentido que estava a perder as suas raízes culturais, os seus agentes artísticos. Estava a perder tudo aquilo que era a base mais profunda da solidariedade que existia ali no centro histórico. -----

----- Durante muitas décadas fizeram, numa zona com fragilidades económicas, fragilidades muitas das vezes também associadas à ausência de habilitações escolares, fizeram das forças muitas vezes mais do que aquilo que seria a dimensão das organizações. -----

----- Pensava que precisavam de voltar a identificar ao Município de Lisboa, fosse ele presidido por quem fosse, que todos os autarcas da Freguesia que foram eleitos não tinham partidos, tinham uma obrigação com aqueles e com aquelas que os viram crescer e que resistiam todos os dias ali. Se alguém identificasse que a Freguesia pela sua expressão eleitoral ou pela sua expressão de recenseamento não merecia a sua atenção, não merecia que propostas como aquelas que o Senhor Presidente fez em nome do Executivo e em nome de todos estivessem concretizadas, então era porque, lamentavelmente, não sentia e não compreendia aquela que era a função de um Presidente de uma Junta de Freguesia. -----

----- Há pouco estavam a identificar que a seguir ao território viram outros. Pois, esse era o grande problema. Fazia lembrar aquela situação que durante o período da Segunda Guerra Mundial não se ia preocupando quando iam buscar o vizinho do segundo esquerdo porque era isto, depois o do rés-do-chão porque era aquilo, até que havia um momento em que seriam os únicos a viver ali. Quando fossem os únicos a viver ali nenhum dos bairros da Freguesia tinha futuro, porque não era possível fazer com que uma função muito necessária na cidade, que era função associada ao turismo, tivesse prevalência sobre a função de tudo. -----

----- Quem mais uma vez não soubesse honrar o seu legado e achar que a política se fazia em Lisboa da mesma forma que era feita em Madrid, em que a propaganda estava todos os dias na primeira linha de ação, só determinava que os homens e as mulheres de bem que sentiam aquilo que lhes acontecia ou que acontecia aos outros fossem ouvidos. Teriam que encontrar forma de voltar a unir para demonstrar aos poderosos, fossem eles quais fossem, sofisticados na expressão de outros, caminhos diferentes porque ali quem necessitava de ajuda eram os homens e as mulheres que não tinham voz, eram as crianças que não tinham voz e lamentavelmente havia muitos que nem sequer falavam português, que necessitavam da intervenção para serem incluídos na sociedade, para verem aquilo que tinham de melhor enquanto característica do povo lusitano e que era o acolhimento e a capacidade de solidariedade. -----

----- Naquilo que pudesse ajudar concretizar, tivessem a certeza que estaria presente. --

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que lamentava imenso, mas achava que para além de cumprirem com as obrigações legais, com o que fizeram ou cada um aprovou ou não aprovou, votou ou não votou da maneira que entendeu, esse poderia ser o tempo mais importante numa Assembleia de Freguesia, discutir os problemas, mas apesar de tudo discutir os problemas da Freguesia, porque havia ali um truque e aí teria que convidar alguns dos presentes a ler melhor a Lei e perceber o que eram as competências de cada um, ou qualquer dia estariam a acusar a Junta de não ter feito nada para evitar a guerra na Ucrânia ou o massacre dos palestinos por Israel. -----

----- Faziam-lhe aquelas perguntas, faziam lembrar piadas antigas “Quantos são? Nome e morada de cada um”. Não estava nas competências da Junta saber quantas pessoas moravam em sobrealojamento. Em primeiro lugar porque a Junta não podia entrar dentro da casa de ninguém. Em segundo lugar porque implicava um recrutamento de pessoal para fazer isso, para fazer uma competência que não era sua e que podia ser questionada. -----

----- De facto os requerimentos já deviam ter sido respondidos e prometia que já no mês de maio se sentaria um dia a uma mesa com as pessoas que precisavam de estar e porventura com o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia para responder

requerimento a requerimento, mas para algumas não tinha resposta. Quando lhe perguntavam quantas pessoas moravam em prédios sobrelotados, não sabia responder a isso.-----

----- Claro que tinha uma grande noção, claro que tinha uma observação no terreno, mas não tinha um trabalho sistemático, bater à porta para saber quantas pessoas moravam ali, era invasivo e não era competência da Junta, seria competência da ASAE, da proteção civil, porventura dos bombeiros, a competência de uma outra entidade qualquer que não da Junta de Freguesia, que não era entidade policial para andar a saber quem morava ali dentro. Vivia-se noutros tempos e, felizmente para todos, não era competência da Junta. -----

----- Não despende recursos de pessoal e de tempo a fazer uma coisa prejudicando aquilo que tinha que fazer e que às vezes tinha consciência de não estar bem feito. Penitenciava-se muitas vezes com a higiene urbana, havia dias que estava bem e havia dias que estava mal. Penitenciava-se muitas vezes quando falhava o apoio social da Junta, que era competência própria da Junta. Penitenciava-se muitas vezes quando havia algo que dizia respeito à Junta e que não tivesse uma resposta direta. Quanto mais ter que estar a assumir a responsabilidade por coisas que outros tinham que fazer. -----

----- Achava admissível que um cidadão comum, que não estivesse muito bem informado, dissesse que tinha de pôr ali polícia e lá tinha que explicar que não mandavam na polícia, que o Presidente da Junta não era um xerife, não fazia Leis, não julgava e não executava a pena a seguir. Isso não era com o Presidente da Junta, mas muita gente pensava que o Presidente da Junta tinha que fazer isso e tinha todo o direito de pensar nisso, mas os Membros da Assembleia de Freguesia tinham que perceber o que era e não era competência da Junta. -----

----- Metiam-se em muitas áreas que não eram da competência e ainda bem, mas tinham que as seleccionar. Era uma opção política, não era política partidária, o Executivo dava prioridade à habitação, mas não lhe pedissem para a Junta decidir qual era o comércio que havia ou não havia. Isso não era competência da Junta, o comércio estava regulado pelo PDM e naturalmente as próprias câmaras municipais tinham um papel muito importante. -----

----- Nem sequer na constituição da “Loja com História” a Junta fazia parte e devia fazer, mas nem sequer fazia parte do comité avaliador. -----

----- Não podiam distrair do objetivo e das incumbências políticas. Lutar por mais habitação, não era competência da Junta resolver o problema da habitação, mas lutavam por mais habitação. Lutar pelo bem-estar dos cidadãos da Freguesia, mesmo que não fossem competências da Junta, lutavam por elas. -----

----- Quando estava com os comandantes da polícia não estava a falar do Benfica ou do Sporting, do tempo ou outra coisa qualquer, estava lá para colocar as questões de segurança e para exigir. Mas uma coisa era isso, outra coisa era eles fazerem a vontade da Junta ou corresponderem àquilo que a Junta pedia, até porque havia uma resposta clássica, “a cidade é grande, não existe só a sua Freguesia”, -----

----- Discutir coisas concretas era o que estavam a fazer ali, estavam a discutir o ambiente social da Junta, do território da Freguesia, estavam ali a discutir os problemas. O Executivo identificou esses problemas, ruído, segurança e uso indevido do espaço público e habitação. Esses eram os três grandes problemas aos quais a Junta, tendo competência direta e noutras não tendo, podia dar um contributo para a sua resolução, mas quando por exemplo seu amigo e camarada, que pertencia à sua equipa, dizia que tinha de fiscalizar como os animais eram tratados, isso não tinha, não era da competência da Junta. Não tinha capacidade para fazer isso, nem equipa, nem gente. Para fazer isso não fazia o resto certamente. -----

----- Tinham que perceber quais eram as competências de cada um, ou qualquer dia julgava-se ali o país, o que estava de bom e de mau, era responsável pelo superávit nas contas públicas e responsável porque ainda não houve resolução do problema dos sem-abrigo, que era um problema exclusivo da Câmara Municipal e do poder central. A Junta dava um contributo para ajudar a resolver, mas não era o ator principal, nem podia ser.-----

----- Nessa matéria gostava de esclarecer muito concretamente que sim, que tinham problemas, sim precisavam de ajuda e de envolvimento da população para enfrentar a questão da segurança pública e dos problemas que havia no território. Já tinha ido a dois ministros diferentes a acompanhar cidadãos que fizeram abaixo-assinados sobre questões de insegurança, já tinha ido a dois ministros diferentes pedir apoio e pedir que dessem atenção ao território de Santa Maria Maior, com respostas insuficientes. Momentâneas boas, mas depois a coisa não se mantinha.-----

----- O licenciamento zero era uma coisa gravíssima que tinham ali. Quem falava no licenciamento zero era a Junta, quem em primeiro lugar colocou que não devia haver licenciamento zero para os centros históricos foi essa Junta, mas era um problema que a Assembleia da República tinha que resolver e cada grupo municipal tinha lá também os seus companheiros de partido que podiam apresentar essas propostas. Por si era indiferente, se o BE fizesse uma proposta para acabar com o licenciamento zero nos centros históricos seria o primeiro a dizer que apoiava, ou o PSD, ou o PCP, ou o PEV, ou qualquer outro partido.-----

----- Já tinha desafiado o Presidente da Câmara a ir consigo à Assembleia da República ainda no anterior governo, para irem falar com os grupos municipais parlamentares, uma delegação de autarcas, a pedir que revissem a questão do licenciamento zero. Ele disse na Assembleia Municipal que também era contra o licenciamento zero e agora tinha o governo do lado dele, se calhar até conseguia fazer isso. Tinha algumas dúvidas, porque a tendência ia ser liberalizar isso tudo outra vez, liberalizar as relações económicas todas de uma forma descontrolada e de uma forma não regulada.-----

----- O problema não era o liberalismo económico, o problema era a não regulação da economia. Era esse o problema e nessa perspetiva gostava de dizer que assumiam ali muitas incumbências, mas não lhe pedissem, porque isso até inquinava um bocado o debate e desviava dos problemas da Freguesia, para discutirem tudo e resolverem tudo. Era um bocado a tática por vezes ali usada por alguns dos Membros dos partidos da oposição e bem ao Executivo, porque tinham uma oposição democrática e não era essa a questão.-----

----- Não era responsabilidade da Junta fazer aquilo que outros deviam fazer e não faziam, não podiam fazer isso e não tinham essa capacidade.-----

----- Quanto aos bancos que foram colocados na Baixa, foram uma iniciativa conjunta da Junta e da Câmara. Houve uma confluência e ainda bem, porque havia uma componente urbanística que a Junta não podia ultrapassar, que era onde colocar os bancos. Ainda bem que houve a convergência para resolver esses problemas, a Câmara teve um papel também importante para que isso se desbloqueasse.-----

----- A Junta estava a comprar material e iria colocar mais material, até cinzeiros na praça pública para acabar com a pouca-vergonha das pessoas fumarem e deitarem as beatas para o chão.-----

----- Tinham ali uma grande incapacidade, nenhuma Junta de Freguesia podia decidir que uma loja seria um cabeleireiro ou unhas com gel, ou outra coisa qualquer. Porventura a Câmara, através do plano diretor municipal, talvez pudesse fazer isso.-----

----- Se vivessem na freguesia perfeita, na sociedade perfeita, onde já não havia problemas sociais, onde tudo corria sobre rodas, se calhar a Junta podia assumir a

incumbência de entrar também nessa área, mas não se podia pedir que a Junta assumisse as incumbências todas e entrasse nas áreas todas.-----

----- Por exemplo os quiosques, a Junta não tinha nada a ver com os quiosques e devia ter. Aliás, foi um erro na reforma administrativa não se terem passado os quiosques para as Juntas de Freguesia. A Junta não tinha competência para autorizar quiosques, nem para os retirar. Há anos que andavam a pedir para retirar um quiosque que estava no princípio da Rua da Palma, porque até tirava a visibilidade para quem ia atravessar a passadeira, mas não conseguiam. Dava-lhe vontade de ir lá com uma marreta e partir aquilo tudo, mas não era xerife e não podia fazer isso.-----

----- Quando houvesse uma abertura no PDM participariam no debate público, como participaram e deram contributos para a carta municipal da habitação.-----

----- Não podiam seguir o programa de Benfica por duas razões. Em primeiro lugar porque não tinham a dimensão financeira, em segundo lugar porque o programa de Benfica foi comprar casas, recuperá-las e devolvê-las à Câmara para entrarem no programa social. Só admitiria isso se fosse para as pessoas da Freguesia que foram obrigadas a sair dali.-----

----- O preço do metro quadrado ali era muito mais elevado do que em Benfica ou nos Olivais. Não era um programa exequível para a Junta, porque aquilo que se ia investir não teria o retorno em termos de oferta que era necessário.-----

----- Houve políticas para a habitação, mais ou menos boas, mas houve e ainda não percebia como a maior parte das forças políticas na Assembleia de Freguesia esteve contra o pacote “Mais habitação”, ao qual criticava muitas coisas, mas que tinha uma coisa essencial, mexia nas casas devolutas. O Estado tinha que construir para colocar no mercado de arrendamento e levava anos, mas tinha que começar já para resolver os problemas dos jovens que estavam a entrar agora na universidade.-----

----- A contratação pública demorava tempo, era preciso submeter ao Tribunal de Contas, fazer uma discussão prévia, projeto, etc., depois era preciso que a construção corresse bem e que o empreiteiro não fosse à falência.-----

----- Andavam sempre todos a dizer que era um escândalo as casas devolutas e quando havia um programa para mexer nelas diziam que era para deitar fora e não prestava. Não percebia. O governo já disse que ia reverter o pacote “Mais habitação”, que era uma porta que ficava aberta, mas iria regredir nessa matéria e só comprava casa quem tivesse dinheiro, só alugava casa quem tivesse muito dinheiro.-----

----- Muitas vezes nem se apercebiam dos avanços que se podiam dar e que por razões ideológicas ou de combate político punham-se do outro lado da barricada, às vezes ao lado da direita, criticando uma coisa com outros argumentos, mas de facto ao lado da direita e se calhar iriam ficar pior.-----

----- O Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia tinha toda a razão naquilo que dizia, tinham que saber interpretar sempre os anseios das pessoas. A função da democracia representativa não era ser populista. Se a população de Santa Maria Maior votasse num referendo que o Presidente da Junta deveria defender o princípio da pena de morte, recusava-se a defender o princípio da pena de morte. A democracia direta podia resultar nessas coisas, era por isso que os ditadores chegaram sempre ao poder, muitas vezes através de funcionamentos de democracia direta, para depois nunca mais de lá saírem.-----

----- Não estava a rejeitar a democracia direta como forma de aconselhamento e formatação das decisões políticas, mas enquanto fosse representante das pessoas que ali moravam procuraria sempre interpretar melhor aquilo que entendia ser o interesse geral e assumir a defesa das pessoas. Era por isso que na Freguesia defendiam o conceito 23/24, não devia haver ruído a partir das 23 horas. Estavam no centro histórico, também

não podiam achar que estavam na província ou no meio rural completo. Claro que havia movimentação, havia animação, mas 23/24 era sempre a proposta da Junta. Encerrava tudo às 23 horas, nas vésperas de feriados ou de domingos encerrava às 24. Era uma luta antiga, continuavam a preservar por ela, estavam nessa batalha e continuariam a estar. -

----- Souberam interpretar as necessidades sociais. Tinham projetos sociais de vanguarda, uma orquestra juvenil que estava a tocar instrumentos de música clássica, uma universidade sénior que era procurada por pessoas de outras Freguesias que queriam ir para ali. Tinham programas sociais avançados. -----

----- Atualmente, qualquer cidadão que tivesse um filho nascido na Freguesia tinha direito a um subsídio que atingia um apoio de uma forma muito significativa, como forma também de ajudar as famílias a fixarem-se ali. Ofereciam livros escolares às crianças todas desde 2013, sem falhar. A partir do momento em que o governo passou a dar resolveram não gastar essa verba aí e aplicar noutros programas. -----

----- Tinham um programa alimentar completo onde forneciam comidas quentes e cabazes alimentares. Não era o Presidente da Junta que decidia quem recebia ou não, havia um regulamento para isso e eram os técnicos sociais que depois analisavam. Quando alguém ia reclamar de um técnico, naturalmente que chamava o processo a si e depois via se o técnico tinha ou não razão. Não queria dizer que não houvesse uma ou outra vez em que o técnico não viu bem a questão, mas mais de 90% das vezes o técnico tinha razão. -----

----- Nesse aspecto estavam a responder às exigências que tinham e àquilo que tinham de cumprir. Era claro que se se tivessem de fazer tudo o resto que os Membros da Assembleia às vezes queriam que se fizesse, então iriam tratar mal os outros assuntos porque os recursos não eram infinitos e até porque não tinham as competências. -----

----- Gostava muito de contar uma história para as pessoas perceberem também. Uma vez ia a andar na rua e passava uma senhora com o seu cãozinho, que fez um presente no passeio. Era uma pessoa bem-educada, falava sempre bem com as pessoas e perguntou à senhora se apanhava o cocó do seu cão, ao que ela respondeu “apanhe o senhor”. Tinha ficado calado, porque o Presidente da Junta não tinha competência para identificar um cidadão que não estava a fazer aquilo que devia fazer, só a polícia.-----

----- Portanto, tinham que perceber que iria sempre haver problemas e havia montes de dificuldades para resolver todos os dias. As pessoas queixavam-se das ervas que cresciam nos passeios e era verdade, mas tinha uma componente muito ativa porque dizia que não se podia cortar o verde, que era muito ecológico as ervas lá estarem. Depois tinha uma grande maioria da população a dizer que deviam cortar as ervas porque traziam bichos, incomodavam, escorregavam e caíam. Depois também havia a lei, não se podia usar nenhum produto químico e nem já os produtos naturais se podiam usar, como o sal e o vinagre. Havia um vinagre sintético para isso que também não se podia usar.-----

----- Tudo isso dificultava muitas vezes a resposta que as pessoas estavam à espera e que era responsabilidade da Junta, tinham que estar atentos a isso. -----

----- Sobre os bancos separados sim, a Junta decidiu separar os bancos a pedido da população da Freguesia, porque não era justo uma pessoa ir sentar num banco e encontrar lá uma seringa. Para quem tinha filhos e para pessoas de mais idade, não era justo. Se o Bloco de Esquerda achava que isso devia ser usado e devia ser permitido tinha direito a ter essa opinião, quando fosse governo implementaria isso e diria para fazer uma sala de consumo a céu aberto. Estava contra isso, mas se ganhassem as eleições era assim que seria certamente.-----

----- Assumia essa responsabilidade dos bancos nos jardins porque eles estavam a ser mal utilizados e como não eram polícias, não podiam mandar sair a pessoa do banco,

ver que maneira poderiam ter para corresponder ao susto e aos incómodos que estava a provocar nos avós e nos pais que várias vezes foram à Junta dizer que era um escândalo um sítio onde estava um banco, que encontraram lá seringas, as pessoas deitavam-se e injetavam-se.-----

----- O único contributo que podiam dar era tornar a vida mais difícil a quem queria fazer isso ali, assumia isso com toda a clareza e sem nenhum tipo de vergonha. Não haveria porventura na Freguesia mais solidário, faziam aquilo que achavam que devia ser feito e apoiavam as pessoas todas, toxicodependentes, cidadãos sem-abrigo, na medida das capacidades e possibilidades, -----

----- Era por isso que não obstante tantas críticas, injustas muitas vezes, mas sentidas mesmo sendo injustas, apesar de tudo tinham tido uma renovação dos mandatos e do trabalho, porque não perdiam o foco em primeiro lugar com as pessoas. -----

----- Claro que falhava muita coisa, não se podia estar em todo o lugar ao mesmo tempo, havia dramas pessoais que eram diários e para essas pessoas era o mais importante de tudo. Era uma experiência humana riquíssima que estava a ter enquanto Presidente da Junta de Freguesia, mas nada disso os devia afastar do foco. -----

----- Tinham que proteger as pessoas e não eram as que os elegeram, tinham que proteger as pessoas que ali viviam e ali quisessem fazer território. Ninguém o podia acusar de algum tipo de favoritismo em relação a alguém, qualquer tipo de lealdade ideológica.-----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** agradeceu os esclarecimentos prestados pelo Senhor Presidente. Relativamente àquilo que referia, era uma réplica exata das respostas que tinha dado nas anteriores reuniões. Aliás, tinha-se dado ao trabalho de ler as respostas às interpelações no âmbito da informação escrita e se dessem ao cuidado de ler as atas, a estrutura absolutamente respeitável da sua resposta era sempre a mesma, que era apelidar as questões de tática política, de mal direcionadas por não serem responsabilidade da Junta e que os Membros da Assembleia deviam ter essa noção. ----

----- Depois rematava referindo que apesar de todas as críticas lá iam fazendo o trabalho e que iam vendo os mandatos sucessivamente renovados. Essa estrutura começava a ser um bocadinho repetitiva, porque era sempre a mesma e, portanto, também se obrigava a ser um pouco repetitivo na réplica que lhe dirigia.-----

----- Sabiam perfeitamente, de forma cristalina, quais eram os limites e o âmbito de ação do Executivo. Isso era absolutamente claro, não valia a pena e estava a referir isso exatamente nos mesmos termos que já tinha dito nas anteriores reuniões, não valia a pena invocar essa linha argumentativa. Era mais útil para todos estarem conscientes, a Junta não tinha responsabilidade direta relativamente a temas que ali levavam. No entanto, tinha uma responsabilidade de interpelação, uma responsabilidade de influenciar, de pressionar dentro do possível os intervenientes que tinham essa responsabilidade direta e depois reportar nas suas informações escritas, ou por via das respostas aos requerimentos, quais as respostas que obteve. -----

----- Se o Senhor Presidente ia responder aos requerimentos durante o mês de maio para dizer que não era do seu âmbito, então poupassem esse trabalho, não valia a pena, não era isso que pretendiam. Sabiam que várias das questões, como dos alojamentos sobrelotados, a venda ilegal de louro na Baixa, a questão da desqualificação do comércio, as questões da carência da habitação, nada disso era responsabilidade da Junta, sabiam isso e não era preciso estarem sempre a relembrar.-----

----- O que esperavam e era isso que pediam era que relativamente aos requerimentos ou à informação escrita, que fosse absolutamente claro em relação a cada um desses temas, que não sendo responsabilidade direta tinha falado com A, B ou C com

responsabilidade direta e obteve-se tal resposta. A partir daí tencionavam ir bater a outra porta ou desistiam do assunto. -----

----- Era isso que pensavam face às interpelações sérias que dirigiam ao Executivo, esperavam reciprocidade nessa seriedade ao nível da resposta, era isso que esperavam. Rematar o assunto com a incomodidade que o mesmo pudesse provocar por não ter resposta para dar, que não era da sua competência, não era correto sequer do ponto de vista institucional. -----

----- Sabiam de quem eram as competências e a única coisa que podiam era junto desses responsáveis competentes procurar obter as respostas e depois transmitir essas respostas, fossem positivas ou negativas, ou inexistentes. Era a única coisa que pediam, nada mais do que o cumprimento normal da função enquanto oposição ao Executivo, que tinha todo o mérito e ninguém lhe retirava em ver renovar o seu mandato, mas também conviria perceber que da mesma forma que respeitavam essa sucessiva atribuição de competências também tinha que respeitar as competências que eram atribuídas à oposição do ponto de vista de escrutínio da ação da Junta, fosse em relação àquilo que lhe dizia respeito diretamente, fosse em relação ao papel fundamental e insubstituível que tinha enquanto interlocutor, enquanto mediador entre essas Assembleias e os responsáveis a quem de direito. -----

----- Era isso que aguardavam e eram essas respostas que queriam e não a repetição incessante dos mesmos argumentos que já cansavam. -----

----- **Eleito Lourenço Costa (PS)** disse que queria só clarificar um pouco a sua intervenção, porque achava que não foi bem compreendida pelo Senhor Presidente. ----

----- Sabia perfeitamente o que eram os limites das competências do Executivo, isso parecia claro. Já falaram muitas vezes sobre isso e já tinha defendido limites de atuação na Assembleia. -----

----- Como mero plebeu representando a tribuna, não se lembrava muito bem da magistratura romana, mas pensava ser esse o seu cargo atualmente, estava a mencionar vários problemas da Freguesia e mesmo que a Assembleia de Freguesia não tivesse competência para os resolver diretamente achava pertinente, na medida em que no próprio dia se celebrava um protocolo com uma associação que ajudava os animais. ----

----- Quando alguém chamava a atenção para esses problemas era no sentido de que a Junta tinha que chegar aos seus funcionários, intervir diretamente e resolver o problema. Desculpasse o Senhor Presidente, não queria dar nenhum atestado de incompetência, mas havia sempre outros meios e outros veículos para se falar e debater, não era mais do que isso. -----

----- No entanto, os seus colegas de Assembleia também mencionaram tantos outros problemas que não eram necessariamente críticas. Algumas achava injustas, mas para isso tiveram o Presidente a responder muito melhor do que alguma vez faria. Gostaria apenas de relembrar a questão do ruído, saber por que foi recusado pelo tribunal e se podiam ter acesso à petição inicial. -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que a petição inicial foi feita por um jurista experimentado que colaborava com a Junta, foi validada pelo Executivo da Junta, era um documento administrativo e que podiam consultar. A sentença do tribunal basicamente fundamentou-se... não era importante decidir na providência cautelar, a questão seria discutida na ação principal, porque ninguém ficaria prejudicado. Fosse qual fosse a sentença, se a Câmara tivesse que ressarcir a junta em licenças cobradas indevidamente, isso era quantificável. Era um dos pontos da petição, mas não era o ponto principal, nem todos. -----

----- O documento poderia ser consultado, se não houvesse nenhum inconveniente do ponto de vista da proteção de dados, mas pensava não estar em causa nada disso. Teria

muito gosto em receber quem quisesse ir ver, mas não lhe parecia que fosse um documento publicável, porque apesar de tudo essas coisas faziam-se entre instituições e não na praça pública, mas quando quisessem consultar não tinha problema nenhum nisso. -----

----- Tinha pena que a providência cautelar não tivesse sido aceite, iriam para a ação principal e o tribunal logo decidiria. Como tinha dito, não era xerife, não fazia Leis, não fazia julgamentos, nem aplicava sentenças. Tinham todos que cumprir aquilo que estava determinado. -----

----- Estava disponível para fazer visitas guiadas a todos os Membros da Assembleia de Freguesia, por grupos ou todos de uma vez, para os fazer contactar com o trabalho que a Junta fazia desde a higiene urbana até à área social. Isso eram as competências da Junta. As incumbências, a Junta escolhia as que queria ter. Uma coisa que sabia da vida era que não se faziam muitos combates políticos ao mesmo tempo, porque corriam o risco de não ganhar nenhum. -----

----- Estavam centrados no ruído, na habitação e no uso indevido do espaço público, onde estavam metidas as coisas de segurança. -----

----- Não eram bem mediadores entre a Assembleia de Freguesia e outros poderes, qualquer dos cidadãos podia fazer um requerimento ou ir à Assembleia Municipal e fazer uma intervenção, a pedir dados que eram próprios da Câmara e que os devia fornecer. Isso não queria dizer que também não gostasse de saber e se não andasse no terreno também não sabia que a ocupação indevida de prédios era uma realidade no território e quando o convidavam entrava, mas também tinham que pensar na duplicidade dos problemas. Havia problemas a montante disso e questões que eram complicadas. -----

----- Havia um traço muito fino entre aquilo que era justo defender e aquilo que passava para o domínio da xenofobia, do racismo, da discriminação, porque sabiam muito bem a que pessoas se estavam a referir. Não estava a acusar, estava só a dizer que era preciso muito cuidado quando se abordavam essas questões porque eram questões de grande complexidade e dificuldade. -----

----- Não sabia se o espaço público tinha a ganhar tirando essas pessoas de onde estavam agora para dormirem na rua. Tudo isso era triste na realidade, tudo isso não devia existir, tudo isso era uma grande indignidade para todos e muito difícil. Tinham responsabilidades para resolver os problemas, para encarar os problemas, ou para contribuir para a sua solução, ou para os denunciar, mas também tinham que perceber se queriam contribuir para passos positivos ou se queriam estar apenas a incendiar a comunidade. -----

----- Desculpassem o desabafo, mas antevia tempos difíceis nessa perspetiva, dada a evolução galopante dos populismos. Alguma causa haveria para que isso estivesse a acontecer, mas tinham que ter alguma atenção em relação à forma como encaravam problemas muito complexos. Não lhe parecia que a solução fosse embarcar pessoas e mandá-los para o Ruanda, como estava a fazer o país que saiu há dias da União Europeia. Isso seria um outro debate. -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que em relação à última referência que o Senhor Presidente fez estavam inteiramente de acordo. Não podia haver ali qualquer tipo de estigmatização, de marginalização, ou de associação a um determinado tipo de grupo, nada disso. A chamada de atenção que faziam era exatamente no sentido contrário, essas pessoas eram vítimas das péssimas condições de habitação a que estavam submetidas, era exatamente o inverso. -----

----- A melhor forma de salvaguardarem a dignidade humana dessas pessoas que habitavam a Freguesia era conceder-lhes condições de alojamento condignas e isso só

poderia ser feito se as instituições que tinham alguma responsabilidade direta ou indireta nesse processo sinalizassem e identificassem esses casos, atempadamente encontrarem soluções adequadas do ponto de vista da integração e do ponto de vista do alojamento. A ineficácia e a inação em relação a essa questão, isso sim era catalisador de populismos, isso sim era exatamente ao contrário. -----

----- O não se fazer nada, o partir-se do princípio ou entrar por esses argumentos, de como era melhor estarem ali do que estarem na rua, isso era a desistência completa de pensar nesse assunto de forma estruturada... -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que sabia de muitos cidadãos que sempre moraram ali e não tinham casa agora. Perguntou se estava a defender uma discriminação ao contrário. O problema era tão difícil que seria melhor fazerem uma Assembleia de Freguesia ou uma tertúlia política só para falar sobre isso. -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que o objetivo não era entrar em tertúlias, o objetivo era encontrar soluções concretas... -----

----- **O Senhor Presidente da Junta** disse que tinha de ir à Assembleia Municipal ou à Assembleia da República tratar desse assunto. -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que agora estavam num registo que porventura não seria muito útil para ninguém. Era importante que fizessem os possíveis para evitar situações como aquela que aconteceu, do incêndio na Mouraria, voltassem a verificar-se e aparentemente nada estava a ser feito a esse respeito. -----

----- Dizer que reivindicar isso era contrário, o que era estigmatização das pessoas de uma determinada nacionalidade era não perceber absolutamente nada do que tinha acabado de dizer, ou de alguma má-fé na interpretação das suas palavras. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a participação ativa de todos. ----

----- Disse que havia matérias e competências que estavam garantidas pela Lei, havia outras que, apesar de terem vontade, não tinham meios nem recursos, nem norma habilitante. A situação que o Membro Hugo Duarte estava a identificar da fiscalização do interior das casas era uma matéria que não competia à Assembleia de Freguesia nem à Junta de Freguesia. -----

----- **Eleito Hugo Duarte (PEV)** disse que o requerimento que dirigiram à Junta era simplesmente saber se existia uma ideia, um mapeamento básico das situações para que pudessem ser intervencionadas. -----

----- **O Senhor Presidente da Assembleia** agradeceu a todos os que assistiram, esperando que continuassem a ajudar para evitar que Lisboa fosse só uma memória. ---

----- Deu por encerrada a reunião, eram vinte horas e dez minutos. -----

----- Da sessão foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pelos membros da Mesa presentes. -----

1º.SECRETÁRIO _____ 2º.SECRETÁRIO _____ -

-----O PRESIDENTE-----